
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
centro de estudos africanos

**circuitos de troca
e transporte
no desenvolvimento
do campo**

1981

**projecto de estudo sobre a produção de algodão
no distrito de lugela**

ÍNDICE

Prefácio	1
Introdução	1
I. O Problema de Comercialização Rural no Distrito de Lugela.	2
- O Sistema de Exploração Colonial-capitalista	3
- O Impacto da Desagregação da Economia Colonial	4
II. O Sistema Actual.	8
III. A Planificação da Acção Estatal.	14
IV. As Lojas do Povo na Região de Mocuba.	15
V. Postos Fixos e Brigadas de Compra.	17
Propostas: 1	19
2 - 4	20
VI. Estradas e Transportes.	22
Propostas: 5 - 7	27
VII. Conclusão.	28
Mapas: 1- A Localização do Distrito de Lugela na Província de Zambézia.	iii
2- A Divisão Administrativa e Política do Distrito de Lugela.	iv
3- Instalações Comerciais no Distrito.	7
4- Estradas.	21
Quadros:	
1- Principais Componentes da Produção Comercializada - 1967.	3
2- Receitas da População Camponesa - 1967.	4
3- Principais Componentes da Produção Comercializada - 1979.	5
4- Rede Comercial/Zambézia - Distritos escolhidos.	8
5- Comerciantes Privados no Distrito de Lugela.	8

"... O Socialismo constrói-se de uma maneira planificada, em que cada uma das partes do todo, porque conjugadas com as outras, edifica o socialismo",,,

"... os agricultores familiares precisam de ser estimulados para aumentar a produção e para passarem à fase de organização cooperativa. Estimular a agricultura familiar exige que a rede de comércio forneça ao agricultor e sua família os artigos indispensáveis e adquira a sua produção excedentária. Isto exige da rede comercial um conhecimento preciso das necessidades e gostos locais"...

"... Há falta de investigação, métodos burocráticos de trabalho"...

"... Se nós abandonamos, então o inimigo ocupa. Se nós não abastecemos, então o inimigo abastecerá".

Samora Machel

in: discurso de encerramento da Reunião de estruturas centrais e provinciais do Estado, realizado de 3 a 6 de Julho de 1979, em Maputo.

O presente relatório faz parte da seguinte série de documentos resultante da investigação realizada pelo Centro de Estudos Africanos no distrito de Lugela, província da Zambézia, nos meses de Junho/Julho, 1980:

1. Como melhorar as Culturas Alimentares? o caso de Lugela
2. A transformação duma Economia de Plantações: o Trabalhador sazonal no Distrito de Lugela
3. Circuitos de troca e transporte no Desenvolvimento do Campo: o Caso de Lugela
4. "Já não batem": A Transformação da Produção Algodoeira no Distrito de Lugela
5. No Caminho para a Cooperativização do Campo: O Distrito de Lugela

O objectivo desta investigação era estudar o relacionamento entre a planificação económica ao nível de um distrito, o processo de cooperativização do campo, e a recuperação da produção algodoeira. Estávamos particularmente interessados na identificação das ligações entre os "polos de desenvolvimento", núcleos de concentração de investimento tais como a nova fábrica de têxteis em Mocuba, e a transformação e cooperativização do campo. Esperamos que estes relatórios, embora tratem apenas o caso específico de Lugela, possam servir de guia e recolha de informação necessária para uma correcta planificação do desenvolvimento socialista noutros distritos do país.

Claro que a cooperativização do campo não é unicamente um processo económico, mas também uma revolução política, social e ideológica. Assim estes relatórios focam apenas certos aspectos de um vasto campo de investigação ainda so parcialmente desbravado. Nesse sentido, tentamos aproveitar ao máximo o trabalho de uma outra brigada do CEA que, a pedido do Ministério de Estado na Presidência, estudou em Lugela o funcionamento do Aparelho de Estado e das estruturas do Partido ao nível do Distrito.

Para tirar conclusões apropriadas dos relatórios convém ao leitor conhecer as especificidades deste distrito de Lugela. No tempo colonial os homens de Lugela foram recrutados para os dois complexos de plantações existentes no Distrito: chá em Tacuane e sisal/algodão em Namagoa (ver mapa). Nas zonas mais povoadas do distrito, Localidade de Lugela e Munhamade, o algodão foi introduzido como cultura obrigatória para as mulheres, deixando as vastas áreas menos povoadas e mais chuvosas e montanhosas das localidades de Tacuane e Muabanama como reservas de mão-de-obra. Assim a rede comercial rodoviária, e até a própria presença administrativa, sempre foram fracas nesta zona até a FRELIMO aí abrir uma base da Frente da Zambézia. Nessa altura foi alargada e reforçada a ocupação colonial.

Hoje as famílias de Lugela vivem da sua produção alimentar (sobretudo mandioca mas também arroz, mepira, milho, e vários feijões), da venda de pequenos excedentes incluindo algodão, girassol e castanha de caju, para além da mandioca e do trabalho assalariado das plantações. Com a crise da economia colonial e os primeiros passos da revolução moçambicana o Distrito atravessou uma fase difícil - fuga de comerciantes, degradação de estradas, fracassos no escoamento dos produtos das machambas familiares e colectivas, falta de comida e transporte para os trabalhadores nas plantações, falta de semente, ferramentas e bens básicos nas lojas, escasso pessoal administrativo. O resultado foi uma retirada parcial do povo do Distrito do mercado e do trabalho nas plan-

tações, uma situação que ainda trava tanto o desenvolvimento do movimento cooperativo como a produção no sector estatal neste Distrito.

Como se vê no mapa, uma parte do distrito de Lugela liga-se pela proximidade geográfica, pela rede rodoviária, e pela actividade económica, à cidade de Mocuba, que será um polo de desenvolvimento importante na Zambézia. Assim, o problema da planificação neste distrito é não só resolver as dificuldades por que ele passa agora, mas de o fazer de maneira consistente com a realização do potencial do desenvolvimento regional.

Para tentar descortinar os diversos problemas deste Distrito, o CEA colocou uma brigada em Tacuane com a responsabilidade de investigar nas localidades de Tacuane e Muabanama; uma outra brigada foi para Munhamade com a responsabilidade de estudar as localidades de Munhamade e de Lugela. A terceira brigada, ligada ao M.E.P. ficou na sede distrital. As brigadas eram compostas pelas seguintes pessoas:

Lugela Sede

Annamaria Gentili
Aníbal Martins
Alvaro O da Silva
Cecília Martinez
Albie Sachs
Aji Ribeiro

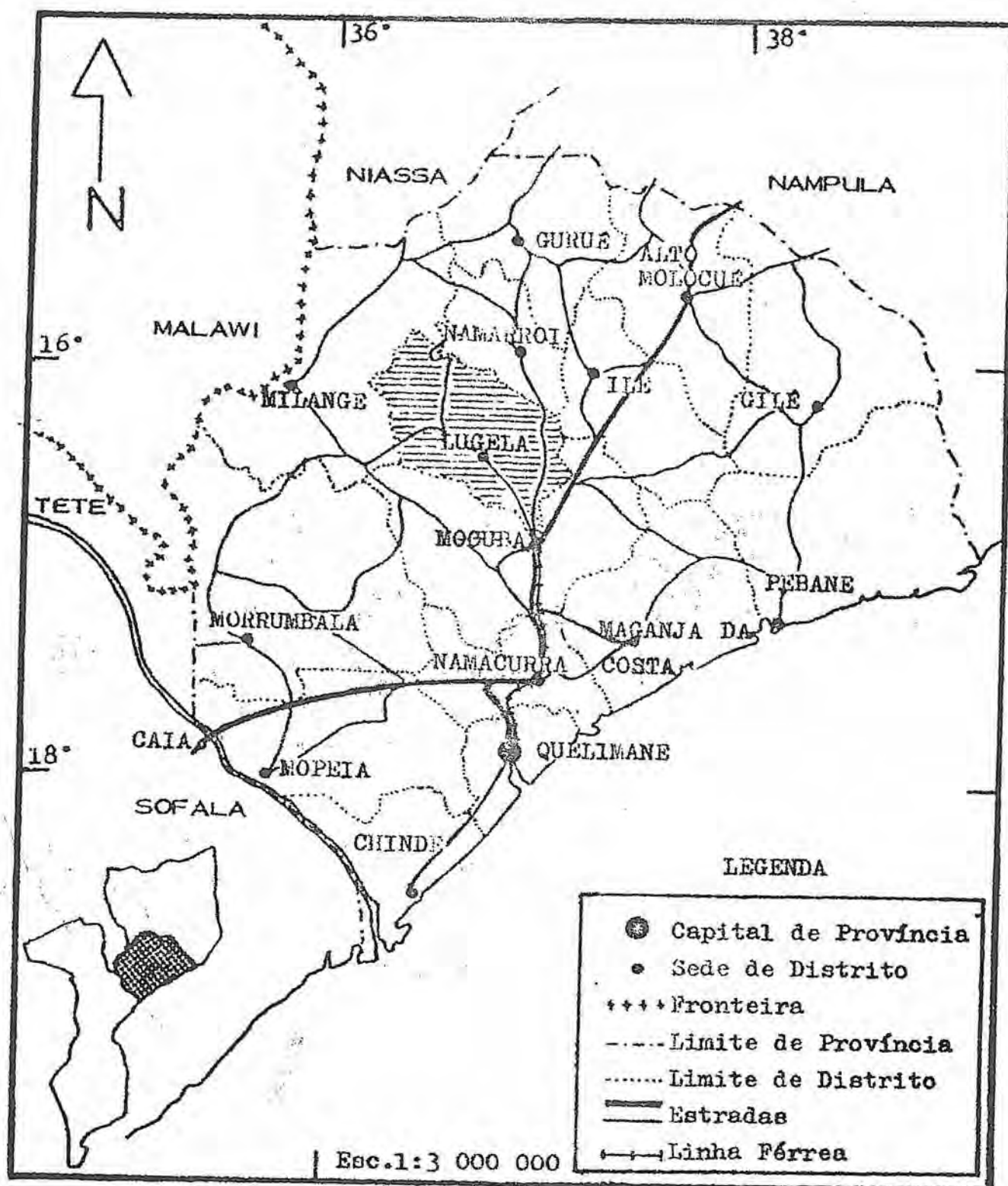
Tacuane

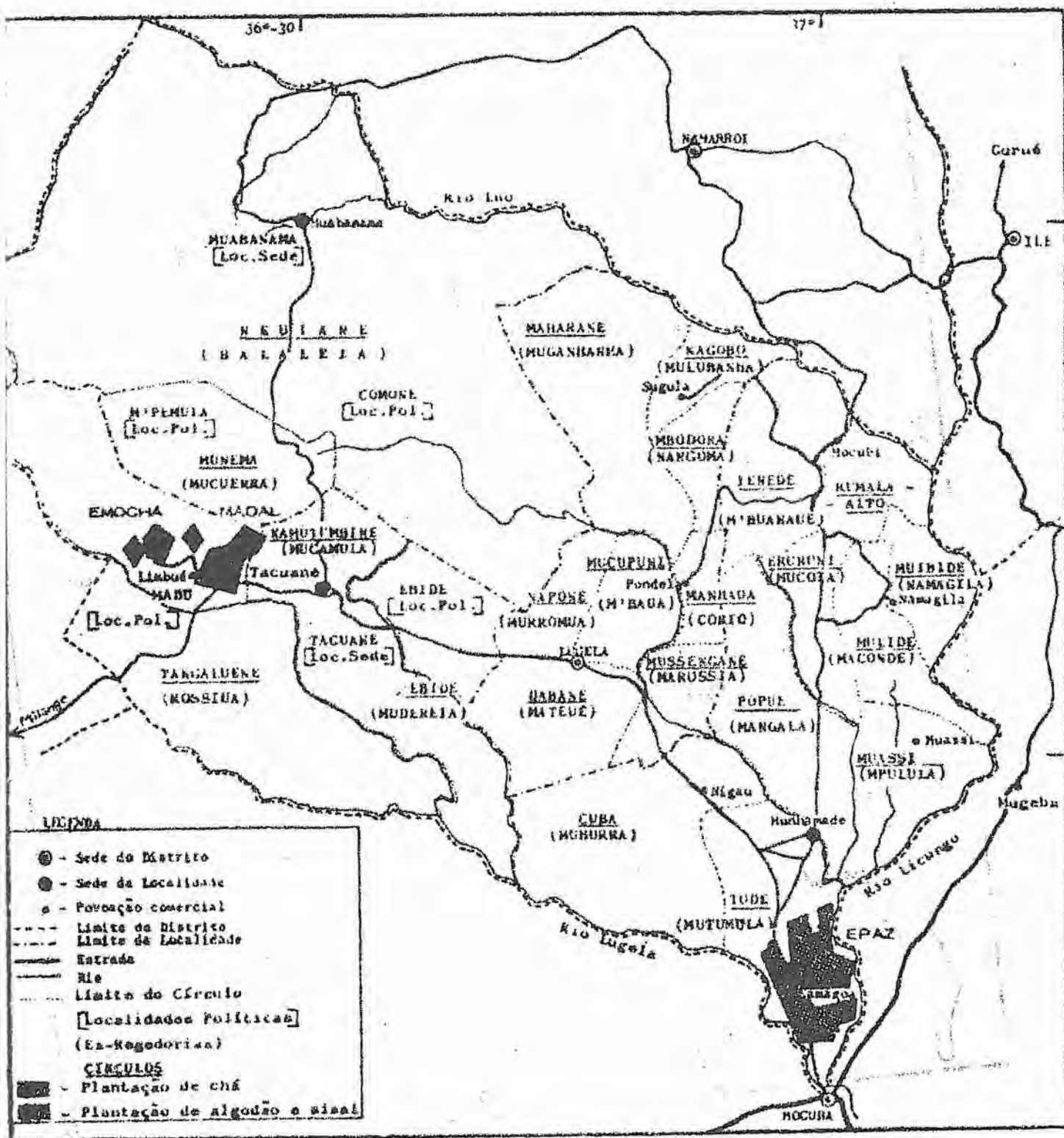
Kurt Habermeier
Marco Teixeira
André T. Namagoa
Amélia Susini

Munhamade

Bridget O'Laughlin
Carlos Baptista
Ruth First
Jaime Levi
Valdemiro Sócrates
Jaime Manhique
Patrocínio Silva
Pedro Alvarenga de Castro

Mapa 1: A Localização do Distrito de Lugela na Província de Zambézia





INTRODUÇÃO

O abastecimento dos bens essenciais às populações está intimamente ligado ao escoamento da produção agrícola dos camponeses. As estruturas de comércio a retalho existentes no campo, estatais e privadas, devem funcionar como centros onde os camponeses possam realizar a troca dos excedentes da sua produção pelos bens de que necessitam.

Nos locais onde ainda não existem estruturas de comércio, os órgãos de Estado devem, com base nos meios disponíveis criar todas as condições para que os excedentes da produção agrícola sejam escoados, nomeadamente através da realização de mercados envolvendo as estruturas aí existentes, tais como empresas estatais agrícolas e cooperativas. E para se conseguir que a agricultura constitua na actual fase, a principal fonte de acumulação, é necessário assegurar, ao mesmo tempo, o fornecimento oportuno de instrumentos de trabalho, sementes e outros factores de produção.

O abastecimento às populações rurais é factor determinante para o aumento de entrada de excedentes na rede de comercialização, estimulando a produção. O estabelecimento de um mais efectivo e integrado sistema de abastecimentos é um objectivo tão importante como o estabelecimento integrado da produção, por constituir um incentivo ao aumento da produção de excedentes. O produtor camponês pode fornecer uma grande parte da sua produção se existirem mercados adequados e abastecimento de bens de consumo.

O desenvolvimento da agricultura camponesa e a sua transformação em formas colectivas de produção não é um processo que apenas diz respeito à agricultura, implicando antes um relacionamento preciso entre a indústria e a agricultura. Em primeiro lugar, a expansão da produção de mercado do campesinato está condicionada pelas condições de troca do produto dos camponeses por artigos industriais (termos de troca internos), tanto artigos de consumo como instrumentos de trabalho. Assim a disponibilidade de artigos básicos de consumo, bem como os seus preços relativamente às culturas de rendimento, são importantes na definição da base económica da aliança operário-camponesa. Em segundo lugar, a transformação da agricultura familiar em formas colectivas de produção está condicionada pelo fornecimento de instrumentos de produção agrícola em termos mais favoráveis às formas colectivas de produção, o que constitui um incentivo à realização dessa transição.

Assim: os termos de troca relativamente ao campesinato englobam tanto a disponibilidade como os preços relativos dos artigos de consumo.

I. O Problema da Comercialização Rural no Distrito

Como resultado da nossa investigação no campo, constatámos que tanto as machambas estatais e cooperativas por um lado, como o sector familiar por outro, se queixam do mesmo problema: a falta de abastecimento nas lojas e a falta de uma garantia de comercialização dos produtos agrícolas que por sua vez é explicado pela falta de transportes.

Do que nos foi dado constatar, ressalta imediatamente que todos os problemas (falhanços) com a comercialização agrícola e abastecimento rural encontram a sua justificação na base de dificuldades com transporte e má conservação das estradas e picadas. Para nós, isto apenas pode ser encarado como um factor limitante, mas não a base do problema.

Pensamos que mais importante de tudo é o estudo de um método de planificação que permita a utilização e integração dos recursos materiais existentes localmente para sua utilização racional e ao mesmo tempo faça a articulação, ou ligação, entre a produção camponesa e as diversas estruturas intervenientes no processo de comercialização e abastecimento rurais, ao nível regional.

Nem todas as decisões que dizem respeito à organização da comercialização, nem todos os factores que a influenciam, são determinados ao nível distrital. Isto dá a indicação da necessidade de uma informação sobre zonas de produção, espécies de produtos produzidos e suas quantidades, expectativas de colheita, estado das estradas e acessos aos centros produtores, que permita uma visão real da região. Esta informação permitirá às estruturas centrais (e.g. D.P.C.I.) a elaboração de planos de acção em dados reais.

Mas, o que se verifica é que é absolutamente impossível realizar qualquer planificação, uma vez que os dados fornecidos das estruturas de escalão mais baixo (célula, círculo, loc. política, localidade administrativa) aos de escalão superior, (distrito e província) se apresentarem sem um mínimo de fundamento. Como planificar uma campanha de comercialização quando os dados estatísticos existentes são perfeitamente contraditórios?

Para nós, é a ausência desta planificação a nível central que pode explicar o facto de nas empresas agrícolas estatais haver problemas de fixação da força de trabalho por falta de alimentação, quando a 20 ou 30 km. de distância, numa localidade política ou círculo os camponeses se queixam da ausência de comercialização dos seus excedentes alimentares, que se estregam no campo: falta a planificação da ligação da produção camponesa às empresas estatais agrícolas.

Tomando como exemplo o distrito de Lugela, previamente seleccionado para local de investigação, pretendemos não só fazer propostas de acção imediata ao nível do próprio distrito, mas também discutir algumas acções a médio ou longo prazo sobre o papel do Estado na comercialização rural: o abastecimento de bens de consumo básicos, registos de comercialização agrícola, centros de comercialização, agentes de comercialização incluindo comerciantes privados, plantações e várias estruturas estatais.

Esperamos assim contribuir para desenvolver uma metodologia de planificação que coordene, ao nível do distrito, a organização da comercialização e do abastecimento rural com o desenvolvimento da produção agrícola. O distrito é tomado como a unidade-base de planificação na estratégia moçambicana de desenvolvimento rural.

Para tal, temos que descrever o sistema de exploração colonial-capitalista e o impacto da desagregação da economia colonial neste distrito.

O Sistema de Exploração Colonial-capitalista

O distrito de Lugela caracteriza-se pelo facto de, e principalmente a partir dos anos 50's, ter sido reserva de mão-de-obra para as plantações dentro do distrito. Era o capital de plantação que dominava a economia do distrito. Uma outra característica é a produção de algodão pelo campesinato e a comercialização dos excedentes da agricultura familiar sobretudo destinadas à alimentação dos trabalhadores das plantações.

Produtos básicos de subsistência como mandioca, milho, arroz e feijão são ao mesmo tempo, produtos de rendimento importantes comercializados para garantir o abastecimento da mão-de-obra das plantações. Durante o período colonial, a produção destas culturas para o mercado, atingiu um nível que permitia a sua exportação particularmente para as áreas de Mocimboa e Quelimane:

Quadro 1: Principais Componentes da Produção Comercializada - 1967

Distrito de Lugela - Zambézia

	toneladas	mil escudos	% de 5
1. Plantações			
Ché	1.394	22.301	
Sisal	1.775	7.810	
Total	-	30.111	76 %
2. Algodão (agr. Familiar)	2.057	7.818	20 %
3. Caju (agr. Familiar)	167	351	1 %
4. Venda de Excedentes de Produtos Alimentares			
Mandioca	1.586	1.094	
Milho	101	98	
outros	-	393	
Total		1.585	4 %
5. Produção Comercializada (*)		39.865	~ 100 %

(*) não inclui a produção de machambas coloniais que não foi muito importante.

Fonte: Estatísticas Agrícolas 1967

Os circuitos da economia colonial eram baseados nas companhias de chá e sisel dispondo de uma força de trabalho barata, e abundante, garantida pelo estado colonial (sistema de contratos) e numa rede comercial retalhista que assegurava a comercialização agrária e o abastecimento do campesinato.

Quadro 2: Receitas da População Camponesa - 1967
Distrito de Lugela - Zambézia

	(000 escudos)	% de 5
1. Algodão	7.818	36 %
2. Caju	351	~ 2 %
3. Venda de Excedentes	1.585	7 %
4. Salários	12.163	55 %
5. Total	21.917	100 %

Fonte: Estatísticas Agrícolas 1967

Em termos de valor, o principal produto da agricultura familiar era o algodão, depois a mandioca, o milho e todos os outros produtos alimentares. Um cálculo aproximativo dos rendimentos das famílias camponesas mostra-nos que o distrito de Lugela foi mantido como reserva de força de trabalho para as plantações do próprio distrito (\pm 80 % desta força é proveniente do distrito). Os inquéritos às famílias camponesas mostram que todos os chefes de família têm experiência de trabalho assalariado, a grande maioria nas plantações de Tacuane e Namagoa, e muitos noutros empregos dentro e fora do distrito de Lugela.

A maior parte da comercialização do sector familiar, além do algodão, era feita pelos cantineiros do interior do distrito.

Para avaliar este processo de comercialização da produção agrária, neste distrito, temos de considerar algumas diferenças regionais na medida em que: Ao mesmo tempo a produção do algodão, no sector familiar, é levada a cabo nas localidades administrativas de Munhemade e de Lugela-Sede, o que por si só representa o grosso dos produtores de algodão por ser precisamente nestas zonas onde tal cultura está generalizada, em função da proximidade da fábrica de descaroçamento localizada em Mocuba. Nas outras duas localidades administrativas (Tacuane e Muabanama), a principal fonte de rendimento da família camponesa provem além do trabalho assalariado nas plantações, do produto das vendas das culturas alimentares (mandioca e milho principalmente) mes não culturas de rendimento.

O impacto da Desagregação da Economia Colonial

A vitória política e militar da FRELIMO sobre o colonialismo português não tardou em abalar os fundamentos da economia colonial-capitalista na Zambézia e no distrito de Lugela.

Uma estimativa dos principais componentes da produção comercializada no distrito em 1979, permite-nos avaliar o impacto da desagregação dos circuitos da economia colonial. Durante o trabalho de campo no distrito

foi possível recolher de diferentes fontes (registos de comerciantes privados e Lojes do Povo, relatórios da DDA, do Conselho Executivo e Administração do Distrito) informação quantitativa sobre a comercialização agrária. Os dados existentes apresentavam-se bastante contraditórios e o problema principal consistiu em evitar a dupla contagem. Também utilizámos a informação fornecida pelas plantações de chá e de sisal.

Quadro 3: Principais Componentes da Produção Comercializada - 1979
Distrito de Lugela - Zambézia

	toneladas	mil meticais	% de 5
1. Plantações			
Chá	2.139 (*)	62.426 (**)	
Sisal	2.406	34.093 (***)	
Total	-	96.519	93 %
2. Algodão (Agr. Familiar)	122	1.342	1 %
3. Cajú (Agr. Familiar)	40	140	~ 0 %
4. Venda de Excedentes de Produtos Alimentares			
Mandioca	807	2.421	
Milho	110	440	
Outros	-	2.458	
Total		5.319	5 %
5. Produção Comercializada	-	103.320	~ 100 %

(*) Estimativa utilizando coeficiente

Chá 0,224 folha verde;

(**) 1979 Exportação 680 mil contos

23,3 mil toneladas

29,19 MT/kg;

(***) 1979 Exportação 197 mil contos

13,9 mil toneladas

14,17 MT/kg.

Fonte: Informação Estatística nº 1, Maio 1980

No cálculo das receitas provenientes da produção comercializada das famílias camponesas utilizámos os preços realmente praticados dentro do distrito, segundo o apurado nas reuniões com estruturas e população em diferentes locais no distrito. Estes preços diferem dos preços tabelados (ver pág. 7)

Comperando os dados do Quadro 3 com os do Quadro 1 podemos apontar as principais mudanças da agricultura familiar:

- 1) Depois do fim da cultura forçada, a quebra da produção, de algodão já se iniciara a partir de 1972, acentuando-se muito depois de 1974,

passando de mais de duas mil toneledas em 1967 para 122 toneladas em 1979.

- 2) Nes condições actuais do mercado, a mandioca parece ser mais segura como cultura comercial. A preponderância da mandioca ainda se acentuou mais depois da Independência.

Deficiências e irregularidades na distribuição de sementes e na comercialização fizeram cair a produção algodoeira quase ao ponto zero, nos anos 1975 e 1979.

Em certas zonas, os camponeses vêem-se na impossibilidade de vender os excedentes da sua produção, ou vão percorrendo 20,30 ou 50 km à procura dum comerciante que lhes compre um saco de mandioca seca ou uma lata de amendoim. Noutras zonas, onde existem lojas assiste-se a um retiro parcial dos produtores do mercado. Em vez de investir muito trabalho no cultivo do algodão, sem que seja garantida a comercialização e sobretudo o abastecimento em bens de primeira necessidade, os camponeses de Mocubi, Pondela e Sugule plantam mais mandioca; só a colhem, processam e vendem gradualmente na loja, quando recebem em troca produtos essenciais como sal, sabão, açúcar, tecidos, etc.

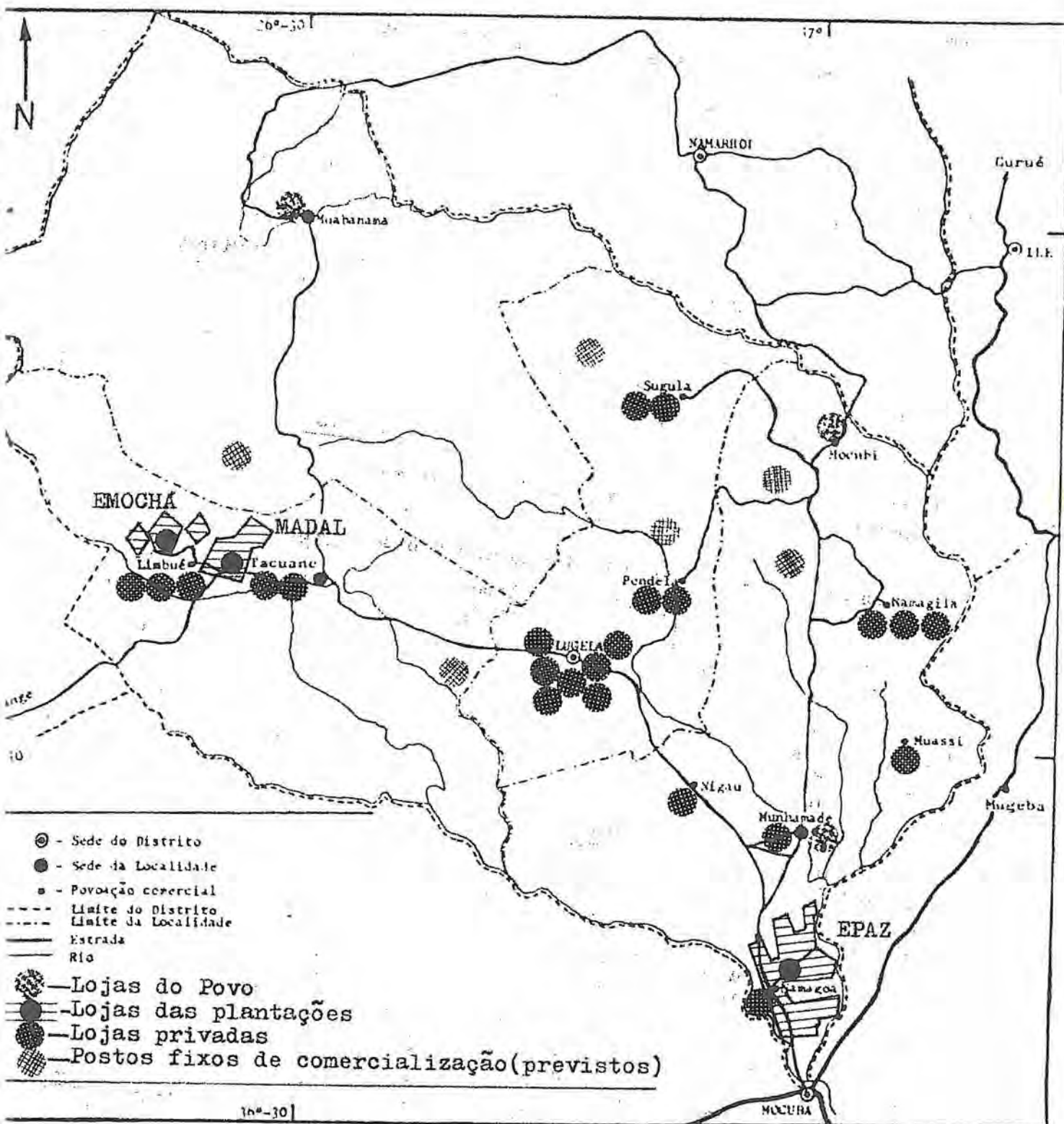
Depois da supressão do sistema de trabalho por contrato, o fluxo de trabalhadores para as plantações diminuiu e tornou-se mais irregular. Desde 1978/1979, as empresas de chá de Tacuene e a plantação de Namagoa enfrentam uma escassez aguda de mão-de-obra nos meses de ponta, devida principalmente às dificuldades de abastecimento dos trabalhadores em produtos alimentares básicos.

A falta de comida nas plantações aponta para o problema da desagregação dos circuitos comerciais de produtos alimentares: a maior parte dos comerciantes abandonou o distrito, muitos estabelecimentos ficaram encerrados durante vários anos. As populações deixaram de manter e reparar picadas e pontes, pois já não circulam carrinhas de comerciantes privados para comprar fruta e outros produtos dos camponeses.

Daqui resulta uma crise da economia monetária no distrito de Lugela, isto é, uma crise aguda e prolongada de comercialização agrária e uma crise do abastecimento das populações em bens de consumo e instrumento de trabalho básicos.

A reorganização do aparelho de Estado para responder à crise da produção camponesa, a implementação de novas formas de produção e comercialização geralmente não conseguiram resolver os problemas. A assistência agrária do Estado, em formas e com o pessoal herdado do período colonial, ficou virada para a cultura do algodão e as zonas onde ela é praticada. A mobilização das estruturas administrativas e políticas para organizar os camponeses em formas de produção colectiva levou a um fracasso económico e à desmobilização dos camponeses: dezenas de machambes colectivas que surgiram nos anos 1975-77 produziram pouco, não conseguiram muitas vezes, comercializar a produção, e desapareceram na sua grande maioria. O comércio estatal (Lojas do Povo) e as brigadas e postos fixos de comercialização da DINECA/Comércio Interno não se revelaram ser capazes de melhorar decisivamente a situação de comercialização e do abastecimento, nos de estrangulamento principais. O reestabelecimento gradual do comércio privado, nos últimos dois anos, facilitou o acesso comercial dos camponeses das respectivas áreas, mas não pôde corresponder às actuais exigências de reorganização global dos circuitos económicos regionais e de transformação do sistema de agricultura camponesa.

Mapa 3: Instalações Comerciais no Distrito de Lugela



II. O Sistema Actual

O distrito de Lugela está dentro da Região II para a comercialização agrária e que engloba também os distritos de Mocuba, Ile e Namarroi. O armazénista distrital tem sede em Mocuba.

Quadro 4: Rede Comercial/Zambézia - Distritos escolhidos

	Mocuba	Lugela	Provincia
Armazéns de concentração	-	-	-
Armazéns distritais	2	1	19
Postos fixos existentes (Agricom)	-	-	4 (Alto Molócue)
Postos fixos a criar	2	2	30 (excepto Quelimane e Chinde)
Lojas do povo existentes	5	3	121 (68 em Milange, 3 em A.M. Chinde)
Lojas do povo a criar	-	-	-
Coop. de consumo existentes	1	-	26 (13 em Gilé)
Coop. de consumo a criar	1	-	4
Lojas privadas	87	28	875

Fonte: Agricom 5/1980 - OPCZ Zambézia. Programa de comercialização - mapa nº 4.

Quadro 5: Comerciantes Privados no Distrito de Lugela

Nome	Localização	Transporte	Levanta quota	Observação
1. Irmãos Vieira	Limbué	N	N	Sede em Quelimane
2. Ismael Dias Picada	Sugula	N	S	
3. Rumutula Ossemane	Pondela	S	S	tem loja em Mocuba
4. Kulumbaia Kaci	Lugela	S	S	
5. Ismael Isaac	Lugela	N	S	
6. A. Gaffar Daud	Lugela	S	S	
7. Sulaman Hassan	Sugula	N	S	tem loja em Cudela (Namarroi.) Mugebal e Mamande
8. António Alves	Lugela	N	S	
9. António Alves	Nemagila	N	S	
10. Manuel	Lugela	S	S	
11. José Ivo Carvalho	Lugela	S	S	
12. José de Noronha	Nemagila	S	S	
13. José R. Nigua	Limbué	N	S	
14. Faruk Daud Mussá	Pondela	S	S	ver nº 18
15. Mamad Abdallah	Nemagila	N	N	não tem finanças
16. Pedro J. Costel	Limbué	S	S	
17. Abdul Mahmed	Munhamade	S	S	tem loja em Lugela
18. Faruk Daud Mussá	Tacuane	S	S	ver nº 14
19. M. António Pacheco	Lugela	S	S	
20. J. Carmo Osseman	Nigali	N	S	
21. Mamoda K. Abdella	Mpulula	N	S	
22. EPAZ	Nemagila	S	S	loja de plantação
23. EMOCHA	Tacuane	S	-	" " "
24. CHÁ MADAL	Tacuane	S	-	" " "

Fonte: Ghafer, Armazénista Distrital.

Existem ainda, dentro do distrito oito "bancos" que não estão envolvidos no processo de comercialização nem são significativos no abastecimento em bens de consumo à população rural. Não são abastecidos pelo armazenista distrital por não terem prioridade nenhuma. Limitam-se a um comércio especulativo: "candonga".

Comercialização Agrária

Actualmente, existem em Lugela 21 lojas privadas, 3 lojas do povo, um armazém de comercialização em Munhamade e 3 lojas das plantações. O Comércio Interno conta comercializar o milho e a EPAZ organizará a comercialização do algodão.

Neste distrito não há postos fixos de comercialização a funcionar, nem mesmo o armazém distrital funciona como seria de esperar.

Entre 1975/77 houve problemas de comercialização porque ninguém comprava nada (os comerciantes abandonaram as lojas) e portanto ninguém vendia nada. Os produtos não foram escoados e a produção estragou-se no campo. Desde 1978 a situação tende a melhorar gradualmente, mas subsiste o problema de os camponeses terem de carregar os seus produtos à cabeça até aos lugares de comercialização (porta das lojas).

É de salientar que, na maior parte das vezes, as brigadas de comercialização do C.I., não conseguem comprar produtos porque chegam muito tarde aos mercados de modo que os camponeses já carregaram a maior parte da produção para as lojas dos privados onde vendem e onde compram os produtos de consumo que necessitam: panos e capulanas principalmente, porque há graves problemas em abastecimento e muitas faltas, mas onde o abastecimento de têxteis melhorou significativamente. Poucos comerciantes privados têm transporte próprio e por isso mesmo é que as quantidades compradas às famílias camponesas, são pequenas. Em todo o distrito só 10 comerciantes privados têm transporte próprio, mas muitos recusam-se a metê-los nas picadas dado o seu estado de conservação. Só as plantações é que procuram mandioca e milho, nos diversos lugares com transporte próprio (normalmente tractor), para obter o suficiente para alimentar os trabalhadores.

As principais culturas alimentares comercializadas pelas famílias camponesas (é a mulher quem tem a responsabilidade de fazer as vendas e distribuir os rendimentos das mesmas) são a mandioca e o milho, embora este ano devido às secas a produção de milho tenha caído significativamente ao ponto de quase não existirem quaisquer excedentes. A mandioca, produção que exige menos cuidados deu bem e vai constituir a principal fonte dos rendimentos provindos da comercialização, para os camponeses. Também há outros produtos que são vendidos à porta da loja, em pequenas quantidades. As lojas pagam em dinheiro e praticam todas os mesmos preços na compra (loja privada, posto fixo, lojas das plantações, lojas do povo), preços esses que são praticados desde 1979:

mandioca	-	3,00/kg
milho	-	4,00/kg
feij. nhembe	-	8,00/kg
feij. menteige	-	20,00/kg
arroz	-	9,00/kg
amendoim	-	8,50/kg
mapira	-	6,00/kg
feijão boer	-	9,00/kg

O tabaco só é vendido entre os camponeses em rolos ou em pequenos bocados que custam 5,00/cada. Há também vendas entre vizinhos.

Apesar de o preço oficial da mandioca ser 2,00Mt/kg, os camponeses recusam-se a vender a menos de 3,00Mt/kg sendo este realmente o preço praticado, e em alguns casos mesmo 3,50Mt/kg. O mesmo se passa com o milho, cujo preço oficial é de 3,20Mt/kg e o realmente praticado é de 4,00Mt/kg e às vezes mais, até 5,00Mt/kg. As lojas das plantações, estão dispostas a comprar todas as quantidades destes dois produtos, porque há grandes problemas de alimentação dos trabalhadores o que tem consequências graves na tentativa (não política) de estabilização da força de trabalho das plantações.

Também o preço de arroz tem variações. No caso dos preços indicados atrás, a informação foi colhida numa reunião com o Administrador da localidade de Jacuane e todas as estruturas da localidade. A brigada de comercialização do C.I. em Tenede, forneceu os seguintes preços dos produtos agrários adquiridos pelas brigadas de comercialização:

<u>Produtos</u>	<u>Preço no mercado</u>	<u>Preço à porta do armazém</u>
milho corrente	4,00Mt/kg	11,00Mt/kg
emendoim	10,00Mt/kg	-
arroz	6,20Mt/kg	-
mepira	3,00Mt/kg	3,40Mt/kg
gergelim	11,00Mt/kg	11,80Mt/kg
girassol	8,50Mt/kg	9,30Mt/kg
feijão nhemba	5,00Mt/kg	5,60Mt/kg
feijão manteiga	8,50Mt/kg	12,00Mt/kg

Isto revela a não existência de uma política de preços uniformizada, tanto em relação às estruturas envolvidas no processo de comercialização como mesmo ODM e estruturas do Aparelho de Estado. Quer dizer que em todo o distrito não havia, no período em que decorreu a investigação de campo do CEA, alguém que fosse capaz de informar correctamente e com segurança qual era a tabela de preços de compra aos camponeses que estava em vigor. Estavam a ser praticados os preços da campanha de 79, embora em Junho de 80 já tivessem havido algumas alterações.

Mais ainda, revela o problema de fixação de preços: a base da alimentação neste distrito é a mandioca, produzida e comercializada em pequenas quantidades por todas as famílias. A mandioca seca é vendida às plantações ou escoada para fora do distrito. Os camponeses utilizam os moinhos de alguns dos comerciantes ou das lojas das plantações, mas não compram farinha. Certos produtos, tal como o arroz, feijão e milho são trocados entre famílias, sendo raramente comprados nas lojas. O abastecimento em carne também depende da produção local e não entra no comércio empresarial, isto é, depende da caça e da criação. Bens básicos tal como o peixe seco, óleo, sal, sabão, açúcar e petróleo de iluminação encontram-se nas lojas, mas em pequenas quantidades, insuficientes para satisfazer a procura. No momento da nossa visita ao distrito havia tecidos e roupas nas lojas, mas a população queixava-se dos preços, o que explica o facto de a população querer um preço mais alto para os seus produtos!

Abastecimento em bens de consumo

Todas as lojas atrás indicadas (quadro 5) estão também envolvidas no processo de abastecimento rural. Apenas a acrescentar mais uma loja: A loja da machamba do Ex-GAPPO, Unidade de produção de Café, na localidade de Tacuane, círculo Ebide.

As brigadas de comercialização do C.I. nunca fizeram o abastecimento, quer dizer, quando vinham para a compra nos mercados, nunca trouxeram produtos de primeira necessidade para serem vendidos aos camponeses.

A população tem muito dinheiro para comprar, que provém do trabalho assalariado e da venda dos produtos, mas faltam muitas mercadorias. Este muito dinheiro não significa de modo nenhum que os camponeses estão ricos, mas pretende-se salientar que representa uma falta grande dos bens essenciais. Quanto mais dinheiro houver nas mãos dos camponeses, tanto maiores são as fêltes destes bens. É necessário dar esta ênfase para mostrar que as dificuldades de abastecimento constituem um problema urgente a resolver, um problema urgente de sobrevivência, além de um problema fulcral de toda a estratégia no campo.

Com base em entrevistas diversas que foram efectuadas com a população, estruturas políticas e administrativas a diferentes escalões, com os proprietários das lojas, etc. seria possível elaborar uma extensa lista de produtos cujas faltas se fazem sentir já há muito, o que provocou poupanças forçadas.

As principais faltas parecem ser pequenas ferramentas e utensílios para o trabalho agrícola, peças de bicicleta, louça e linha de coser. Não há nenhum sistema de venda sistemática destes produtos, no distrito.

O abastecimento não constitui incentivo para o trabalho nas plantações nem para o aumento da produção e produtividade nas plantações e na agricultura camponesa.

Há carências sérias de produtos básicos de consumo: açúcar, sal, sabão, óleo, petróleo, peixe seco, enxadas, catanas e tecidos a preços acessíveis.

Indiscutivelmente os têxteis desempenham um papel crucial na mobilização dos excedentes comercializáveis dos camponeses, uma vez que constituem um artigo básico de consumo que o campesinato deseja comprar. A disponibilidade de quantidades suficientes deste artigo e preços acessíveis constitui um elemento importante para assegurar uma relação correcta entre a cidade e o campo. Portanto os objectivos sociais da aliança operário-camponesa exigem que os têxteis por exemplo, sejam produzidos em quantidades suficientes e a preços razoáveis.

Estas carências eram continuamente abordadas pelos camponeses e comerciantes que contactámos no distrito de Lugela. A falta de produtos já não é o resultado da desagregação da rede comercial colonial. Vale a pena salientar o facto de a maior parte dos estabelecimentos comerciais estarem hoje abertos, havendo pedidos registados para autorização de reabertura dos pouco ainda fechados. Se houve um período em que a rede comercial se desmantelou quase por completo, hoje, dentro do distrito de Lugela, há já uma significativa recuperação da mesma.

Quando contactámos a D.P.C.I., em Quelimane, para conhecermos as metas nos abastecimentos ao distrito de Lugela para o ano de 1980, foi-nos fornecido o mapa seguinte:

Produtos de 1ª necessidade

<u>Produtos</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Responsabilidade</u>
sabão	8.000 kg	Geralco
sabonetes	200 kg	"
pasta dentífrica	25	Moquil
pepel higiénico	1 cx.	Emol
chávenas	500	CVM
copos	800	"
pratos plásticos	300	Plastimex
talheres	70	Comec
utensílios de esmalte	892	Ermol
" chumbo	112	A. Moç.
fósforos	14.000 cxs.	Fosforeira
enxadas	240	Femefer
pilhas	3.500	Tudor
leite condensado	3 tons.	Protal
esferográficas	2.500	Moç. Produtora
refrigerantes	1.166 litros	Sogere
farinha trigo	4 tons	Mobeira
cerveja	5.942 litros	Sogere
sal	13 tons	(local)
chá	210 kg	Emochá
açúcar	24 tons	SSE
arroz	10 tons	(local)
massas	200 kg	Mobeira

Outros Produtos

popeline	13.426 m
capulana	8.831 m
sarja algodão	3.784 m
pintado	657 m
pano lençol	517 m
pano cru	547 m
cobertores	1.008
camisola alg.	1.095 unid.
camisas	1.369 "
calções	939 "
calçado catedral	161 pares
" lona	601 "
" plástico	408 "
chinelos	79 "
calças	465 unid.
saías	44 "

Ao indagarmos, quais os critérios que estavam na base de tal programa de abastecimento, esbarrámos com justificações que nos permitem concluir que não há um plano efectivo, apenas cópia de campanhas passadas, o que tem um impacto negativo na mobilização de mão-de-obra para o trabalho nas plantações.

O valor total de mercadoria aprovizionada para o sector de lojas da Emochá E.E., de 1 de Julho a 30 de Novembro de 1979, foi de 12.000 contos assim distribuidos:

33 % em géneros alimentícios
67 % em vestuário e diversos

de tal modo que a distribuição pelas 20 lojas desta E.E. resultou por mês e por loja, num total médio de 120 contos. Na filial de Tacuane (distrito de Lugela) a Emochá tem 1 loja. Agora, considerando apenas o número de trabalhadores permanentes (percentagem mínima do total da força de trabalho na agro-indústria do chá), conclui-se que cada trabalhador apenas pôde adquirir, em média por mês produtos no valor de 171,00 MT para si e respectiva família.

III. A Planificação da Acção Estatal

Acabámos de descrever alguns dos aspectos da crise que se vive no distrito de Lugela: uma crise aguda e prolongada da comercialização agrária e uma crise do abastecimento das populações em bens de consumo e instrumentos de trabalho básicos.

Queremos pôr uma tónica especial no facto de não haver uma política de integração da produção camponesa com a produção nas plantações e machambas estatais, no sentido de satisfazer as necessidades destas em produtos alimentares para assegurar uma maior estabilidade da mão-de-obra. Sujeito à dominação da economia de plantação, o campesinato tinha como principal função alimentar as empresas em mão-de-obra migrante (barata). A estabilização gradual da força de trabalho nas plantações, além de permitir uma maior produtividade nas próprias empresas, criará as condições para um maior desenvolvimento da produção agrícola pelo campesinato da região, progressivamente liberto do trabalho migrante e sazonal.

O aumento e a diversificação da produção pelo campesinato de culturas alimentares vai permitir garantir uma alimentação mais rica e mais equilibrada aos próprios produtores e à restante população do distrito bem como assegurar o abastecimento em produtos alimentares dos trabalhadores das plantações de Tacuane e Namagôa.

A participação do Estado na actividade comercial é hoje tão importante que torna possível a utilização de incentivos comerciais como instrumento para a transição. Os tipos de incentivos comerciais utilizáveis incluem toda a organização dos processos de comercialização e transporte e também uma política de preços.

Tomando por base só as necessidades económicas do distrito, que se forem ultrapassadas garantirão a base material da aliança operário-camponesa, quais os recursos de que o Estado dispõe em termos de poder de planificação comercial, de transporte e de coordenação da actividade das lojas privadas?

Como já dissemos, não há um sistema de recolha de informação que apoie esta acção de planificação estatal. A disponibilidade do pessoal e os recursos físicos condicionam a recolha de informação de tal modo que as estatísticas parecem inventadas.

Os transportes estatais, a camionagem dos CFM em Mocuba, têm a maior importância na região, dado o reduzido número de viaturas de transporte privados e o estado deplorável das frotas de transporte das unidades estatais agrícolas.

IV. As Lojas do Povo na Região de Mocuba

Localização

A empresa Lojas do Povo, com sede em Mocuba, tem lojas em:

Distrito de Ile	- 5 lojas
" " Mocuba	- 5 lojas
" " Namarrói	- 1 loja
" " Lugela	- 3 lojas

As lojas de Lugela ficam em Mocubi, Tenede e Muabanama-sede. O seu abastecimento, segundo o plano da sede em Mocuba é feito do seguinte modo:

Mocuba	- todos os meses
Munhamade	- todos os meses
Muabanama	- Fevereiro e Junho

mes o que realmente acontece é que, no momento da nossa visita ao distrito os produtos de Março ainda estavam no distrito-sede aguardando os tractores da Agricultura em Mocuba que estavam à espera de combustível da Empresa Lojas do Povo de Quelimane.

Um relatório da Administração de Lugela, de 13 de Fevereiro de 1980, refere que a Loja do Povo de Mocuba não é abastecida há três meses. Um outro relatório da administração da localidade de Munhamade diz que a Loja do Povo localizada na Localidade Política de Tenede não é abastecida desde Agosto último (1979). Esta Loja abastece mais de 10.000 pessoas que neste momento carecem dos produtos básicos.

O círculo de Tenede produz todo o tipo de produtos agrícolas e o responsável da Loja do Povo não comprava produtos do campesinato alegando falta de capacidade do armazém para os guardar, porque tem para escoar 76 toneladas de mandioca e 4 toneladas de castanha de cajú, da campanha agrícola de 1979/80.

Frota de Transporte

A sede desta empresa, em Mocuba, dispõe de 2 camiões IFA de 5 tons, fazendo a manutenção dos mesmos nas oficinas dos CFM e Mecanagro em Mocuba e da Chá Madal, dentro do distrito de Lugela. Todos os sobressalentes são fornecidos pelas Lojas do Povo em Quelimane.

Em Quelimane, sede provincial, a empresa tem frota própria ou arranja transporte com outros serviços provinciais. Raras vezes, camionistas privados, através do CIC de Mocuba, entram ao serviço desta empresa.

Fontes de Mercadorias

As principais fontes de abastecimento das mercadorias para as Lojas do Povo são as empresas estatais ENCATEX e COGROPA.

O abastecimento depende da organização da empresa em Quelimane. Há quotas, mas a mercadoria nunca cumpre a quota pois faz a divisão mais ou menos igual, em valor, entre todas as lojas.

Produtos que compra ao campesinato

No nosso contacto com o responsável das Lojas do Povo em Mocuba, obtivemos a seguinte estimativa das compras efectuadas na campanha agrícola de 1978/79:

Produto	Ile	Lugela	Namerroi	Mocuba
mandioca seca	500 ton.	300 ton.	300 tons.	-
milho	150 ton.	30 ton.	50 ton.	100 ton.
castanha cajú	40 ton.	20 ton.	-	10 ton.

Destes produtos, foram revendidos as seguintes quantidades em 1980:

- à Emochá, Filial Socone
- à Companhia da Zembézia
- a um comerciante privado em Quelimane, António Santos Mendes
- 95 tons de milho
- 50 tons de mandioca
- 200 tons de mandioca.

Proposta

Referimo-nos brevemente a esta empresa estatal, porque actualmente decorre o processo de passagem das Lojas do Povo para comerciantes privados. É de notar o facto de no distrito de Lugela não existirem pedidos de comerciantes privados para estas lojas, na altura da nossa visita. Mesmo que tal se venha a concretizar, qual, por exemplo, será o futuro da Loja nº 3 de Muabanama, numa zona onde não existem condições de rentabilidade para o comércio privado com vias de acesso intransitáveis, a não ser de tractor, a partir de Lugela, arranjado com a Mecanagro em Mocuba ou com o apoio da Chá Medal? Para toda a localidade administrativa de Muabanama é esta a única loja existente, o que levanta um problema a longo prazo: garantir o aprovisionamento em factores de produção, escoamento e abastecimento numa zona afastada e de acesso extremamente difícil.

Que condições de rentabilidade?

Podemos, a título de exemplificar a importância desta loja na zona, já não referindo a difícil questão do abastecimento, referir alguns dados sobre comercialização agrícola, fornecidos através de um relatório da Administração do Distrito de Lugela:

Muabanama: Comercialização pela Loja do Povo em Agosto/Novembro de 1979

milho	3.061 kgs
mandioca	1.541 kgs
amendoim	359 kgs
mapira	205 kgs

: Estimativa de Comercialização na Campanha agrícola de 1979/80

milho	749 kgs
feijão	322

Com o exemplo da Loja do Povo de Muabanama fica comprovado o factor limitante que são as estradas de acesso àquela localidade. No nosso entender, o Estado vai ter que manter a responsabilidade para conservar esta loja, ao mesmo tempo que se trata de uma urgência política conseguir a comercialização dos produtos dos camponeses. Esta tarefa poderá ser facilitada pela abertura do posto fixo previsto e pela reparação da estrada Tacuane-Muabanama.

V. Postos Fixos e Brigadas de Compra

O Ministério do Comércio Interno, através da Direcção de Comercialização Agrária e as suas delegações provinciais, organiza e executa um programa de compras ao sector familiar com o principal objectivo de chegar às zonas não cobertas pelos comerciantes privados, Lojas do Povo e Cooperativas de Consumo. Formas de actuação:

- Postos Fixos: um funcionário é deslocado para uma zona não coberta pela comercialização. Nesse local de trabalho existirão os meios necessários para realizar a tarefa de comprar os produtos aos camponeses: balanças, sacos, tendas, produtos para conservação da produção comprada, documentos, dinheiro, etc. Posteriormente, com um camião dos Serviços Provinciais de Comercialização Agrária promoverá a recolha dos produtos até um armazém do distrito.
- Brigadas de Compra: onde a produção não justifica a instalação de um Posto Fixo. O trabalho realiza-se por períodos de três a dez dias com um trabalho prévio de um a dois meses de divulgação de um calendário de compras programado e que indica os locais e datas de compra (mercados). A brigada é geralmente composta por dois funcionários (pesador e pagador) e desloca-se até aos mercados segundo o calendário, com os meios necessários para a compra dos produtos.

Existem comerciantes que também efectuem brigadas de compra. A segunda fase de comercialização, no sector familiar, realiza-se com o transporte dos produtos comprados pelos retalhistas (cantinas, Lojas do Povo, cooperativas de consumo, postos fixos e brigadas).

Todos os intervenientes concentram os produtos em armazéns distritais, que pertencem na generalidade aos Serviços Provinciais de Comercialização Agrícola.

A entrega directa dos retalhistas às indústrias de transformação, depende de:

- ter transporte próprio ou possibilidade de aluguer,
- distância a percorrer,
- diferença a ser paga por tal serviço.

Em termos gerais, os produtos passam pelo menos por um armazém de concentração antes de chegarem às fábricas, para:

- limpeza dos produtos comprados,
- completar o enchimento dos sacos até aos pesos determinados para cada produto,
- arrumação e fumigação,
- documentação do movimento,
- entrega de produtos.

A parte final do sistema de comercialização consiste no transporte até às fábricas de transformação dos produtos comprados.

A complexidade desta tarefa depende da existência de tais fábricas nas províncias produtoras e destas terem excedentes ou serem deficitárias em determinados produtos. Os excedentes das províncias são armazenados em armazéns finais provinciais ou nacionais e nos portos.

Em resumo, as principais actividades da comercialização agrícola são:

- compra ao produtor e concentração primária dos produtos,
- transporte até aos armazéns distritais e conservação,
- transporte até aos armazéns finais ou fábricas,
- transporte interprovincial dos excedentes.

O resultado da comercialização no sector estatal (volume comercializado pelos serviços provinciais) será entregue à empresa de comercialização agrícola (Agricom).

A Construção de Armazéns Rurais

Neste âmbito, um programa de construção de pequenos armazéns rurais, deverá ser desenvolvido pela Agricom, e tendo em consideração algumas sugestões importantes:

- deverão ser construídos em lugares que facilitem o acesso de viaturas pesadas para possibilitar o escoamento,
- possibilitar a participação dos camponeses na resolução dos seus próprios problemas contando com as suas próprias forças, libertando o Estado dos encargos inerentes ao trabalho das brigadas de comercialização, eliminando o carácter transitório destes mercados,
- os camponeses podem dirigir a comercialização ao nível de base, intervindo o Estado através da Empresa de Comercialização Agrária a partir do escoamento dos postos fixos para os centros de armazenagem regionais,
- a empresa estatal do comércio interno deverá fornecer os meios técnicos para o funcionamento dos postos fixos: balanças, sacarias, produtos para conservação, dinheiro, etc., e também preocupar-se com a formação de quadros de entre os camponeses para a formação dos postos fixos,
- deverá preocupar-se ao mesmo tempo, com o abastecimento das populações das zonas rurais, porque só garantindo a comercialização da produção e o abastecimento em produtos de primeira necessidade, através de um sistema de troca justa, é que os camponeses se encontrarão motivados para a produção.

Alguns Problemas

Alguns problemas se levantam quando se sai do plano teórico para a realidade do distrito de Lugela:

- 1) O primeiro refere-se a quaisquer actividades relacionadas com o mercado negro, nas compras efectuadas aos camponeses. Não nos foi possível tirar conclusões, mas o que é certo é que com os preços actuais do milho e mandioca, é impossível a sua comercialização através dos canais do Estado, que apenas têm a exclusividade em cajú e algodão. Ao mesmo tempo, as plantações dentro do distrito são mercados fixos para grandes quantidades de produtos alimentares.
- 2) Os altos custos por volume de operação das brigadas de compra significam que seria melhor eliminá-los, salvo no caso do algodão, para se concretizar o projecto dos postos fixos. É preciso também uma maior articulação do mercado interno em géneros, ligando as planta-

ções com os produtores do distrito.

O sistema, além de dispendioso, apresenta o problema de não cumprir totalmente o seu objectivo na medida em que os camponeses nem sempre vendem toda a produção numa só vez, visto o agregado familiar não poder ficar sem alimentos até se determinar o sucesso da próxima campanha. Desta maneira, os camponeses só entregam os seus produtos em pequenas quantidades, com base na existência de condições que garantam uma futura boa colheita, o que justifica a contínua criação de postos fixos.

Mais uma vez se salienta o facto de em muitos casos as brigadas terem chegado aos mercados de compra e os produtos já terem sido vendidos aos comerciantes privados. Por outro lado, os camponeses apenas vendem pequenas quantidades. Em 1979/80, a castanha de cajó foi toda comprada pelos comerciantes privados, por as brigadas do CI terem iniciado os mercados muito tarde.

- 3) Os postos fixos de comercialização previstos para o distrito são seis, mas ainda não funciona nenhum:
- dois na localidade Administrativa de Munhemade: um no círculo de Erruruni e um outro no círculo de Tenede-Sede,
 - um na localidade de Tacuane, no círculo de Ebide, que já existe mas não funciona porque lhe falta uma porta há 2 anos,
 - um em Muabanama no círculo de Mucueria,
 - dois em Lugela-Sede, no círculo de Maherane e outro no círculo de Mequiqui.

Cada um terá um responsável, comprará produtos ao campesinato e será abastecido em bens de primeira necessidade, mas não tecidos. O CI em Mocuba dispõe agora de um camião que se prevê venha a servir para abastecer os postos fixos.

De qualquer maneira, as áreas não cobertas pelas lojas privadas não vão ser atingidas por este plano, porque estes postos fixos se situam nas zonas com acesso rodoviário. Vei, portanto, prevalecer a questão das zonas sem acesso. Este problema poderá ser minimizado se a Unidade Estatal de Pecuária, localizada em Mucuni, desenvolver um programa de tração animal para transportes de pequenas distâncias - dos locais de produção aos mercados.

- 4) O responsável do CI em Mocuba não desenvolve o trabalho necessário para obter informação sobre o distrito. Encontra-se numa situação de total sub-aproveitamento, reforçada pelo facto de não ter transporte próprio. A recolha de informação só é sistemática de uma maneira formal e burocrática.
- 5) O ermezém distrital do CI em Munhamade, não funciona.

Propostas

De posse das indicações dadas, queremos propor de imediato:

1. A abertura de todos os postos fixos de comercialização já previstos, e seu abastecimento em bens de consumo de 1ª necessidade, incluindo têxteis. Com esta medida, não se pretende fazer dos postos fixos de comercialização uma nova forma de lojas do povo, mas o Estado tem a responsabilidade para incentivar a criação e transformação destes postos fixos em cooperativas de comercialização e abastecimento rural. Esse incentivo virá do investimento inicial necessário para a criação de infra-estruturas mínimas. O custo de tal investimento poderá ser coberto com os lucros da

futura cooperativa, que de início vai necessitar do apoio estatal em transporte e garantia tanto do escoamento como do abastecimento.

2. A organização de um sistema de recolha de informação sobre a comercialização agrícola e a formação dos responsáveis distritais do CI, com especial relevância para os quadros ligados à comercialização agrícola, de modo a permitir-lhes desempenhar correctamente a função de elo de ligação entre o campesinato produtor de mercadorias e o Estado.

O processo de comercialização agrícola não pode ser só comprar. Esteja onde estiver, a comercialização agrícola deve ser um sector com uma visão sócio-económica e, portanto, ser um elemento dinamizador do processo de transição ao socialismo. O elemento-chave deste processo deve ser o responsável do armazém distrital de comercialização agrícola, que para tal deverá:

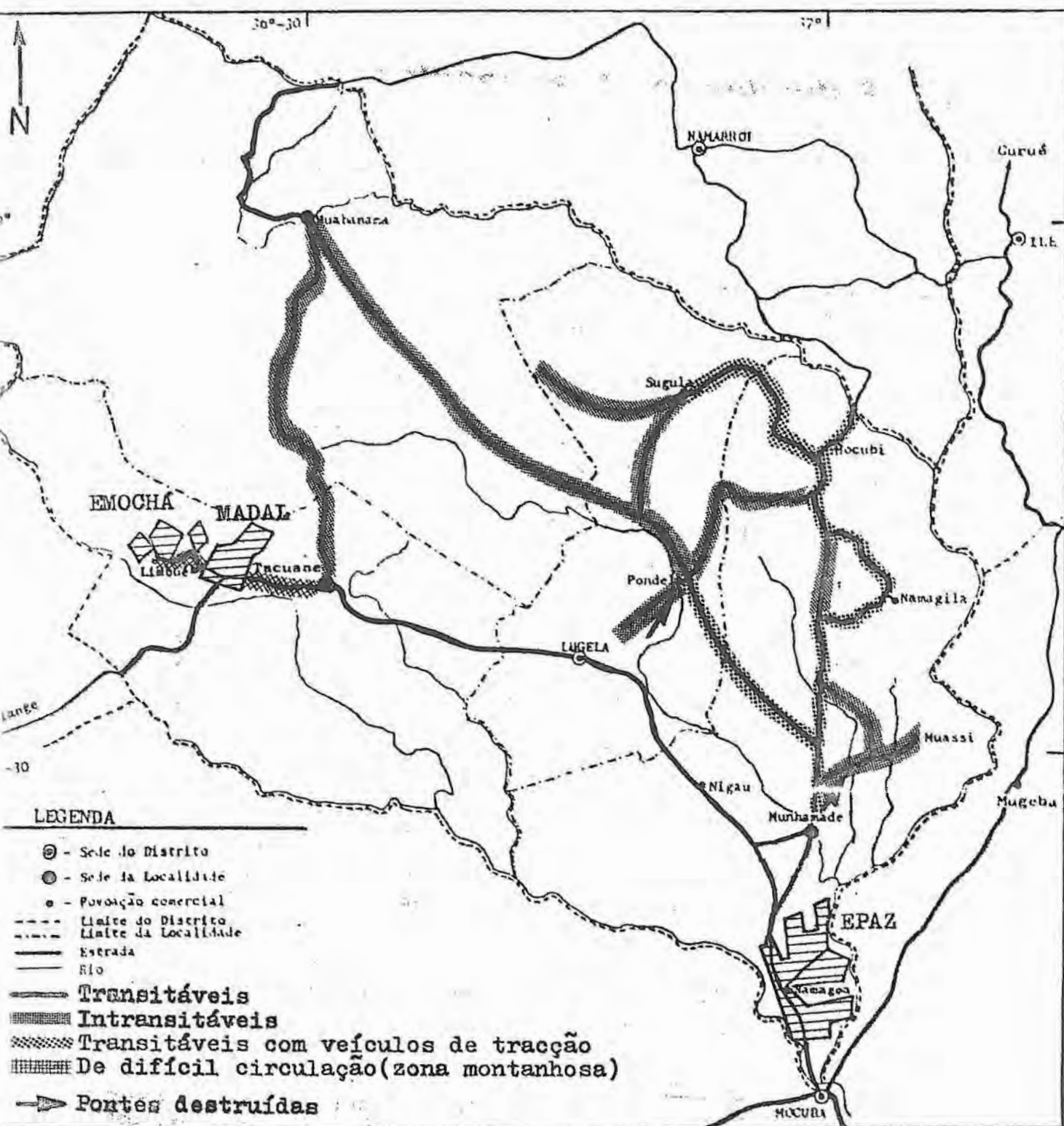
- a- conhecer todos os camponeses da sua área, isto é, ter relações mais estreitas com os camponeses e assim, poderá proceder à recolha de informação sobre o desenvolvimento das culturas ao longo do ano agrícola e preocupar-se com os problemas relativos à distribuição de novas sementes;
- b- planificar com o armazenista distrital o abastecimento das lojas do distrito em função dos interesses dos camponeses produtores.

3. A ligação da produção camponesa às empresas estatais agrícolas do distrito para a recolha dos produtos agrícolas ao nível das comunidades rurais locais, com contretos de comercialização com as empresas; o que constituirá o primeiro passo na socialização constituindo, incentivo para a produção colectiva: fica garantida a comercialização e minimizados os problemas de falta de alimentação para os trabalhadores das plantações. Para isso, deverão ser envolvidos os órgãos locais do poder popular (Assembleias do Povo) e estruturas políticas, tanto das plantações como das concentrações populacionais onde há produção camponesa.

Neste contexto, queremos agora pôr em destaque um problema pontual: trata-se da loja da Unidade de Produção de Café em Tacuene, no círculo de Ebide. Esta loja recebe farinha de milho de Quelimane, numa zona onde o campesinato não consegue comercializar excedentes de milho porque a loja não compra dos camponeses.

4. Esta loja deverá comercializar os excedentes da agricultura familiar na zona, o que permitirá uma mobilização dos camponeses para a reparação da picade e pontes de acesso à U.P.C. Também devem ser reparados urgentemente, os moinhos existentes nesta UPC.

Mapa 4: A Condição das Estradas no Distrito de Lugela



VI. Estradas e Transportes

O principal problema que afecta a rentabilidade da rede comercial e impede a comercialização agrícola nalgumas zonas, é o mau estado de conservação das estradas e insuficiências em meios de transporte.

Rede de Transporte Colonial

A rede de transporte colonial neste distrito desenvolveu-se depois de 1945, principalmente em função de:

- 1) implantação no Norte-Oeste das plantações de chá com as suas necessidades de escoamento bem como de abastecimento;
- 2) ligado com a implantação do chá está o aparecimento de feiras comerciais, não só em função da comercialização agrícola mas do mercado representado pelos salários dos trabalhadores das plantações;
- 3) em função da conjugação destes dois factores há uma crescente importância da frota rodoviária dos CFM em Mocuba;
- 4) ao mesmo tempo, cresce a necessidade de ligar os centros administrativos do distrito.

A construção e manutenção das estradas neste período, foi levada a cabo pela Administração do distrito que para o efeito fazia o recrutamento de trabalho forçado. Mais tarde, é criada a Junta Autónoma de Estradas e nos meados dos anos 60's, mais precisamente em 1965, o exército colonial tem um papel importante na construção do posto administrativo de Muebanama e da sua via de acesso a partir da localidade de Tacuana, com objectivos militares - travar o desenvolvimento da luta armada na região.

Nos últimos 10 a 15 anos do período colonial, os transportes dentro do distrito foram mantidos eficientes para captar os excedentes da produção camponesa para as plantações, para assegurar o transporte dos trabalhadores dos diversos centros de recrutamento para as plantações, e para garantir o escoamento da produção tanto das plantações de chá como de sisal bem como da produção de algodão da agricultura familiar.

Portanto, o ponto importante é que a manutenção das estradas secundárias foi feita com base num sistema local de recrutamento de trabalho forçado. Quais as implicações no presente?

Colapso do Sistema nos anos 70's

A partir de 1970-72, começa no distrito de Lugela um abandono gradual das estradas secundárias - manutenção e reparação de pontes -, que está ligado fundamentalmente ao fim do sistema de recrutamento de trabalho forçado para a reparação das estradas.

Começa uma recusa sistemática em meter viaturas em estradas em mau estado, incluindo os CFM em Mocuba. No ano de 1974, após a "chegada da Frelimo", muitos dos comerciantes mais activos abandonam as suas lojas, o que exacerba a crise do sistema de transporte e da rede comercial colonial.

Pleno Teórico da Manutenção de Estradas

Em 1980 é criada uma empresa estatal provincial, a Empresa Construtora Integral, que toma a seu cargo a construção e reparação das estradas em toda a Província da Zambézia. O plano inicial obedece à necessidade de uma utilização mais racional dos recursos técnicos e humanos existentes na Província.

Assim, a Empresa Construtora Integral (E.C.I.) concentra a maior parte dos seus recursos na construção do troço da estrada Centro-Nordeste que liga Mocuba ao Rio Zembeze.

Do ponto de vista da reparação e manutenção dota os distritos de Mocuba, Namacurra e Lugela com uma niveladora que deverá servir alternadamente estes três distritos, mas que se encontra avariada.

Ao distrito de Lugela é atribuído com carácter permanente um camião IFA e um grupo de dez homens para a reparação e manutenção das vias de acesso dentro do distrito, o que é insuficiente se tivermos em conta o estado de conservação destas estradas. Estes condicionalismos técnicos e humanos levam à definição da necessidade de envolvimento de outras estruturas neste processo. É assim que as empresas de chá, no norte do distrito, tomam a seu cargo a manutenção de pequenos troços considerados importantes para o escoamento do chá.

Neste processo, é envolvida toda a população do distrito dividida pelas diferentes células através da mobilização levada a cabo pelas ODM e estruturas do Aparelho de Estado a nível local. Mas este processo tem limites: 1) as condições de terreno são difíceis; 2) exigência de conhecimento técnico principalmente na reparação e construção das pontes; 3) zonas de densidade populacional fraca; 4) e principalmente a não garantia da comercialização dos excedentes da agricultura familiar, constitui falta de incentivo para a participação popular. Este é o ponto principal: a ligação do processo de comercialização com a manutenção das picadas secundárias, como factor dinamizador para a participação popular.

Situação actual: Exigências

A combinação destes factores conduz à necessidade de uma redefinição das prioridades de reparação e conservação que a E.C.I. deverá fazer, no sentido de satisfazer exigências mais prementes que neste momento se põem para o distrito:

- 1) as plantações de chá no norte do distrito têm problemas de aprovisionamento, problemas de escoamento do chá e problemas de abastecimento de alimentos exacerbados pela ausência de carreiros o que implica uma grande instabilidade da força de trabalho;
- 2) quanto à agricultura familiar a falta de garantia de comercialização dos excedentes dos camponeses cria a impossibilidade de desenvolvimento das potencialidades do sector camponês, ao mesmo tempo que põe limites à transformação da agricultura familiar em formas colectivas de produção dado que há muitas zonas sem acesso rodoviário e portanto sem comercialização agrária;

- 3) o abastecimento das diversas lojas do distrito é difícil, implicando elevados custos de transporte (o armazenista distrital não tem transporte próprio e estes custos não são tidos em conta nos preços de venda ao público), o que afecta a rentabilidade da actividade comer-

A falta de postos de abastecimento de combustível e a dificuldade na sua obtenção em Mocuba, o pequeno número de oficinas de reparação com falta de sobressalentes tornam mais agudas todas as questões relacionadas com o abastecimento rural.

O Centro de Informação de Carga

O C.I.C. funciona em Mocuba num balcão da administração do distrito com dois funcionários e representa, no nosso entender, uma perda de tempo e de papel, no sentido em que funcione muito mal:

- porque o número de viaturas que têm origem no distrito de Mocuba é muito reduzido,
- porque o estado das estradas de Lugela é muito mau,
- porque os camionistas privados, bem como os CFM se recusam a meter os seus camiões naquelas picadas,
- porque o número de camiões que não entra no controle do CIC é grande, sejam os camiões das plantações, sejam mesmo os camiões militares cuja circulação podia ser aproveitada quando não utilizada para fins militares,
- e porque, o CIC não funciona fora das horas normais de expediente imbuindo-o de uma função meramente burocrática, retirando-lhe toda a capacidade de actuar como órgão coordenador do processo de racionalização dos poucos transportes existentes.

Dequi resulta uma fraca utilização do CIC em Mocuba por transportadores privados e que camiões vazios, ou quase, circulem pelo distrito.

Com base no exposto, propomo-nos fazer agora algumas recomendações, neste capítulo das estradas, para actuação do Estado e que têm em consideração os recursos existentes no distrito:

Importância dos Transportes Estatais

No nosso entender, as prioridades dadas no domínio dos transportes neste distrito, poderiam controlar a direcção do desenvolvimento comercial pelo facto de os C.F.M. serem o maior operador na zona e as plantações serem os outros centros principais de parques e oficinas apesar da actual fraqueza da sua frota e das enormes dificuldades em obter peças e sobressalentes.

No quadro seguinte, ficam bem patentes estes problemas:

Inventário da Frota e Parque de Máquinas no Distrito de Lugela

1- Epaz-Namagoo

2 camiões de 12 tons.	1 não funciona
16 tractores	3 não funcionem
4 catermilars	2 avariados
4 Jeep Land-Rover	2 avariados

2- Chá Medal

Tipo	marca	idade	peso/capac.	utilizável	observações
tractor	Ford 5000	10 +		x	Além da lenha e chá, aplica já niveladora
5 tractores	Ford 4000	10 +		x	
camião	Ford	10 +	6 tons	x	Longo curso
camião	Mercedes	5 +	12 tons	x	longo curso
3 Jeeps	Mitsubishi	5 +		x	1 em reparação
32 atrelados					2 em reparação

3- Eموchá - Filial de Tacuane

Tipo	marca	idade	peso/capac.	utilizável	observações
tractor	Fordson Major	+ de 40		x	
"	Ford 5000	10		x	
"	Masey				
"	Ferguson 165	10		x	
"	Ford 4000	?		parado	Bomba injectora (falta)
"	Deutz 6005	?		parado	Biela gripada (falta)
camião	Ford K 700	10	6,5 tons	parado	em reparação (falta cabine)
"	Isuzu	4	7,5 tons	parado	partiu roda coroa
carrinha	Canter			parado	em reparação-quase pronta (falta pára-brises)
Jeep	Toyota L- L-Cruiser			x	
6 atrelados				4 util.	2 parados em reparação

Nota: Nas empresas de chá todos os tractores são utilizados para o transporte de lenha e chá, do campo para as fábricas. Às vezes, quando a distância é pequena, utilizam também para a compra de produtos aos camponeses. Também vêm buscar os agro-químicos à Localidade de Tacuane.

É possível neste distrito, a organização de um sistema de abastecimento e escoamento ligado com o escoamento prioritário do chá. O escoamento do chá faz-se durante todo o ano, e no regresso dos camiões às plantações, estes poderiam ser aproveitados para o abastecimento de cooperativas de consumo ou postos fixos montados ao longo da estrada Mocuba-Tacuane, bem como para o escoamento de produtos dos camponeses para servirem a alimentação dos trabalhadores das plantações.

Agora só através do CIC, é impossível esta utilização planificada dos meios de transporte. O Estado tem de racionalizar o aproveitamento da frota dos seus próprios serviços e empresas, incluindo também, no caso de Lugela, a empresa privada Chã Madal e, eventualmente, os camiões das FPLM. Posto isto, queremos sugerir a necessidade urgente de um plano de descentralização da gestão dos transportes e consequente reestruturação do CIC. Isto implica que o Conselho Executivo do distrito de Lugela passe a controlar o CIC distrital, mantendo-se em estreita ligação com o CIC de Mocuba, o que permitirá uma utilização mais racional dos transportes das plantações, que será tanto mais racional quanto mais este processo de descentralização do CIC atinja os Conselhos Executivos, até das localidades políticas.

Reparação e Manutenção das Estradas

O distrito de Lugela não está incluído nos planos de obras da ECI - Empresa Provincial de Construção e Reparação de Estradas - porque esta tem uma concentração de recursos técnicos e humanos na construção de troço da estrada Centro-Nordeste que liga Mocuba ao Rio Zambeze. Assim, o distrito tem de contar com os seus próprios recursos: um camião e dez homens, acesso restrito a uma niveladora avariada e que serve três distritos, e um orçamento especial muito reduzido.

O facto de a degradação das estradas e pontes deste distrito ser um processo que já começara antes da independência, leva a que os problemas mais graves sejam as estradas principais por onde circulam as viaturas pesadas e que não são reparadas há longos anos:

- 1) a primeira prioridade é a manutenção da estrada Mocuba-Tacuane que passa por Lugela-Sede, ligado ao escoamento prioritário do chá;
- 2) a recuperação da estrada Munhamade-Namarroí deverá constituir a segunda prioridade porque a expansão da cidade de Mocuba há-de implicar o melhoramento da rede rodoviária em volta de cidade para facilitar o movimento dos trabalhadores e dos produtos, o que justifica esta reparação. Além disso, Munhamade-Namarroí é o circuito de comercialização principal das localidades Munhamade e Lugela. Mas os recursos existentes não são suficientes para permitir tal projecto.
- 3) por razões políticas, o ano passado, a OJM tentou abrir a estrada Tacuane-Muabanama, mas não conseguiu acabar o trabalho por falta de apoio técnico e tempo, de modo que chegou a época das chuvas, e tiveram de abandonar os trabalhos.

Além destas estradas principais, há certas pontes importantes actualmente intransitáveis que necessitam de grandes obras e um aprovisionamento em cimento e materiais de construção, a fim de se recuperarem antigos circuitos comerciais. Nalgumas destas zonas os camponeses foram mobilizados para iniciarem obras: corte de paus, transportes de pedras, etc. Mas o distrito não tem conseguido cumprir os seus compromissos em máquinas e materiais. Ao mesmo tempo, há todo um conjunto de pequenas obras nas picadas secundárias que poderiam ser levadas a cabo pela população, mas nunca antes das reparações já referidas.

Estas são grandes reparações o que implica uma participação estatal por se tratarem de trabalhos que vão além das capacidades de uma população dispersa e pouco densa, numa zona com condições de relevo extremamente difíceis onde há muitas pontes e subidas que ficam completamente danificadas na época das chuvas:

- 1) A abertura da estrada Tacuane-Muabanama constitui uma urgência política por se tratar de uma localidade administrativa completamente isolada e onde as estradas constituem o problema número um:
 - a picada Tacuane-Muabanama está em muito mau estado e foi iniciado em 1979, a sua reparação, mas os trabalhos foram abandonados deixando as pontes por acabar. A população já cortou troncos e está à espera de tractores e trabalhadores da ex-DNE para os colocar nas pontes, tentando assim resolver alguns problemas daquela estrada;
 - a picada de Chã Madal até M'Pemula foi abandonada porque é muito íngreme e não havia capacidade para a sua manutenção;
 - a picada de Munema até Pondela (mais ou menos 50 km) só lhe falta 1 quilómetro para ser concluída e poderá solucionar, até certo ponto, o problema das comunicações rodoviárias desta localidade administrativa.
- 2) Também, a possibilidade de se reconstruírem as antigas pontes de cimento do Rio Meluvia, particularmente a de Pondela que corta o acesso a uma zona agrícola muito rica, deve ser posta como um problema a ser solucionado a curto prazo.

A prioridade de reparação das estradas existentes no distrito, além de ser fundamental para o processo de comercialização e abastecimento do distrito, vai implicar também a capacidade dos responsáveis visitarem as diferentes localidades e inteirarem-se dos problemas reais aí existentes. Mas a reparação só poderá ser efectuada com a mobilização da população local se a comercialização dos produtos agrícolas melhorar ao mesmo tempo.

A recuperação das estradas principais do distrito vai permitir a camionagem dos CFM reactivar e intensificar a circulação de algumas carreiras regulares ligando, de início, as localidades sedes.

Para concluir queremos fazer as seguintes propostas a médio prazo, para actuação do Estado no sector das estradas deste distrito:

5. Os exemplos anteriores levam-nos à conclusão que a participação estatal nas grandes reparações implicará a montagem de um sistema de reparação anual das picadas e pontes nas zonas montanhosas do distrito.

6. Reabertura da estrada Tacuane-Muabanama com trabalho a ser realizado pela OJM, FPLM e a população da localidade, mas com forte apoio das empresas de chã e da ECI, em máquinas.

7. Gradagem e reparação das pontes na estrada Munhamade-Namarrodi com uma verba de emergência da ECI provincial, e com pequenas obras feitas pela população.

VII. Conclusão

É difícil avaliar até que ponto um distrito periférico como Lugela, vai sofrer um impacto positivo derivado do grande projecto industrial de Mocuba - mais propriamente de todo o conjunto de investimentos complementares que um projecto de tal envergadura implica.

Só no contexto regional é possível encontrar uma solução para o problema do abastecimento alimentar da população do distrito e da cidade de Mocuba, mas é certo que deverá existir dentro do distrito uma especialização, por zonas, da produção agrícola das famílias camponesas e cooperativas que forem surgindo. O grande projecto industrial em Mocuba, por um lado, e as plantações de chá por outro, vão ser os dois pólos de desenvolvimento do distrito de Lugela. A especialização regional da produção agrícola camponesa deverá ser orientada para as necessidades específicas destes dois pólos de desenvolvimento:

- na parte Sul-Este do distrito, a produção alimentar de hortícolas é primordial para alimentar a procura crescente da população da cidade de Mocuba que, vai crescer rapidamente ao mesmo tempo que nesta zona do distrito deverá ser desenvolvido e melhorado, sob novas formas de produção, o cultivo de algodão porque a procura desta matéria-prima vai aumentar significativamente.
- por outro lado, na parte Norte-Oeste, a produção alimentar para satisfazer as necessidades das plantações de chá, vai implicar que o campesinato desta zona do distrito se especialize na produção de culturas alimentares.

Já vimos que os instrumentos, que o Estado tem ao seu dispor, no distrito de Lugela, para incentivar e desenvolver a actividade comercial são bastante reduzidos.

Nas áreas onde não existem condições de rentabilidade, o Estado tem a responsabilidade política de manter a actividade comercial a fim de garantir um acesso comercial às populações que vivem nessas áreas.

Portanto, a questão central para o Estado reside no desenvolvimento duma política comercial que atenda a dois objectivos principais:

- incentivar a produção do campesinato,
- incentivar a actividade comercial,

e que, ao mesmo tempo, seja um instrumento que oriente a produção camponesa para formas colectivas de produção.

Universidade Eduardo Mondlane. Centro de
Estudos Africanos.

circuitos de troca e transporte no
desenvolvimento do campo / Centro de Es-
tudos Africanos. — Maputo, 1981.

28 p.; mapas (CEA Relatório nº 81/6)

CEA Relatório Nº 81/6

Tiragem: 250

Preço: 30,00 MT

Exemplar Nº 00219